

## Os 30 anos da Cúpula de Rabat (1974)

por **Guilherme Stolle Paixão e Casarões**

### 1974.

Aos 28 dias de outubro de 1974 reuniam-se, na cidade de Rabat, no Marrocos, líderes de vinte países árabes e também representantes da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), compondo a Sétima Conferência da Cúpula da Liga Árabe.

A Conferência tomava forma exatas duas semanas após a aprovação da Resolução 3210 (XXIX) da Assembléia-Geral das Nações Unidas, que convidava “a Organização para a Libertação da Palestina, representante do povo palestino, a participar nas deliberações da Assembléia Geral sobre a questão da Palestina nas reuniões plenárias”.<sup>46</sup> Impulsionada, em grande medida, pelo reconhecimento obtido no âmbito das Nações Unidas, somado ao crescente nacionalismo de um povo palestino subjugado à ocupação israelense, a OLP realiza uma série de demandas aos países ali presentes, o que conformaria, a partir daquele momento, o tom daquela reunião de cúpula. A exigência principal – e a que ficou para a História – foi a do reconhecimento incondicional, por parte dos árabes, de que todo e qualquer território libertado pelas forças árabes fosse transferido para o “povo palestino”, devidamente representado pela Organização para a Libertação da Palestina.<sup>47</sup> Hussein, rei da Jordânia à época, foi um dos que questionou a intransigência da OLP, que ameaçava retirar-se da Conferência caso suas demandas não fossem cumpridas. A concessão irrestrita de territórios que fossem eventualmente reconquistados pelos árabes para aquela Organização, em nome dos palestinos, colocava necessariamente em risco, segundo o monarca, a soberania de regiões como a da Transjordânia,<sup>48</sup> cuja maioria dos habitantes era composta por palestinos. Na busca de uma solução que pudesse abarcar tanto as demandas de Yasser Arafat, líder da OLP, e as restrições dos países árabes que enxergavam com receio a transferência incondicional da legitimidade palestina para aquela organização, a resolução da Conferência de Rabat procurou ser clara, ainda que pouco específica:

*“A Sétima Conferência da Cúpula da Liga Árabe, (...) em vista do fato de que todos estão cientes dos esquemas Sionistas ainda em execução para eliminar a existência palestina e obliterar a entidade nacional palestina; e em vista da crença dos líderes árabes na necessidade de se frustrar tais tentativas e esquemas e contra-atacá-los pelo suporte e reforço da entidade nacional palestina (...);*

*E à luz das vitórias obtidas pelo esforço palestino na confrontação com o inimigo Sionista, nos níveis árabe e internacional, e nas Nações Unidas, (...) a Sétima Conferência da Cúpula Árabe decide:*

- 1. Afirmar o direito do povo palestino à auto-determinação e de retornar à sua terra-natal;*
- 2. Afirmar o direito do povo palestino de estabelecer uma autoridade nacional independente sob o comando da Organização para a Libertação da Palestina, o único e legítimo representante do povo palestino, em qualquer território que seja libertado (...);*
- 3. Apoiar a Organização para a Libertação da Palestina no exercício de sua responsabilidade nos níveis nacional e internacional (...);*

<sup>46</sup> <http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/UN/unga3210.html>

<sup>47</sup> “The Rabat Summit Conference”. Disponível em <http://countrystudies.us/jordan/16.htm>

<sup>48</sup> Utilizo, aqui, Transjordânia como tradução de “East Bank”, apesar de a correspondência mais correta, literalmente, ser “margem oriental” do Rio Jordão. A Transjordânia constituiu-se, portanto, em uma região do Reino Hashemita da Jordânia.

5. *Que todos os Estados árabes defendam a unidade nacional palestina e que não interfiram nas questões internas da ação palestina*".<sup>49</sup>

Pode-se notar que, apesar da tentativa de alguns países em conter os ânimos da OLP, a resolução foi aprovada em termos bastante favoráveis à organização. Os grifos acima relacionam-se com as vitórias mais significativas do grupo de Arafat. Não se especificou, contudo, a área que seria de direito da OLP em um futuro Estado palestino – uma vitória para o rei Hussein, que ainda havia interesses na região da Cisjordânia e não abriria mão daquela região para o líder palestino tão facilmente. O reconhecimento histórico pelos árabes da OLP como representante único e legítimo dos palestinos permanece, até hoje, como uma das mais bem-sucedidas manobras de Yasser Arafat em direção à consolidação do poder daquela organização.

## antecedentes.

O fim da Guerra do Yom Kippur, em outubro de 1973, trouxe a necessidade premente de se iniciar negociações entre os principais beligerantes da região, com vistas ao estabelecimento da paz e estabilidade no Oriente Médio. Em dezembro daquele ano, Estados Unidos e União Soviética convidaram líderes do Egito, Síria, Jordânia e Israel para uma Conferência de Paz em Genebra, Suíça. A base das negociações seria a resolução 338 do Conselho de Segurança da ONU,<sup>50</sup> que clamava por "uma paz justa e durável"; não obstante os esforços dos seus idealizadores, a Conferência não logrou êxito em seu objetivo primário e pouco se progrediu, de fato, até o adiamento em caráter inconclusivo dos trabalhos, em 9 de janeiro de 1974.

A Organização para a Libertação da Palestina, que não havia sido convidada para a Conferência em decorrência da negativa colocada pelos EUA e por Israel, receava que os principais regimes árabes fizessem as pazes com o Estado israelense à sua revelia, o que poderia ocasionar o retorno da Cisjordânia, território perdido na Guerra de 1967, aos jordanianos – minando, de uma vez por todas, a possibilidade do controle palestino sobre aquela área. Isso fez com que Arafat passasse a declarar (em consonância com uma proposta de outra organização dos palestinos, a Frente Democrática de Libertação da Palestina) que todo território da chamada "Palestina Mandatária" – território destinado aos palestinos no Plano de Partilha da ONU, de 1947 – ficaria sob controle, quando da retirada israelense, do povo palestino e não dos países que o haviam conquistado durante a Guerra da Independência, em 1948-49.

Na mesma época, em novembro de 1973, representantes da OLP e do governo americano encontraram-se secretamente em Marrocos. Ao ser indagado sobre a questão de quem – Jordânia ou OLP – era o representante dos palestinos, Vernon Walters, então vice-diretor da CIA e representante dos EUA na reunião, declarou que aquele assunto era uma questão "intra-árabe"<sup>51</sup> – levando a OLP a buscar, durante todo o ano seguinte, o respaldo dos árabes na representação do povo palestino, na expectativa de que os EUA pudessem, então, reconhecer aquela organização como legítima. A aprovação da Resolução 3210 pela Assembleia-Geral da ONU, conforme já mencionado, impulsionou a OLP no processo de barganha com os dirigentes árabes, e a Cúpula de Rabat foi a cartada final e bem-sucedida de Arafat na busca pela legitimidade de sua organização dentro do mundo árabe.

## desdobramentos.

Mesmo sem o reconhecimento dos EUA, esperado por Arafat, o resultado da Cúpula de Rabat conseguiu, em pouco tempo, potencializar-se de forma considerável. Em 13 de novembro de 1974, Yasser Arafat, em momento inédito na história das Nações Unidas, é o primeiro representante de uma entidade que não os Estados-membros a discursar em sessão regular da Assembleia Geral da ONU – em árabe e com sua pistola na cintura. Pouco mais de uma semana depois, em 22 daquele mês, a ONU concede à OLP caráter de membro-observador por meio da Resolução 3237, selando a participação ativa do representante "único e legítimo" do povo palestino no maior fórum multilateral do globo.

A partir de 1975, o Conselho de Segurança determinou que a OLP poderia ser convidada, também com *status* de observador, para reuniões daquele órgão em cuja pauta estivesse a questão palestina. Em 1988, por meio da Resolução 43/177 da Assembleia-Geral, a ONU reconhece a proclamação do Estado da Palestina pelo Conselho Nacional Palestino e estipula que "Palestina" passaria a ser o nome adotado pela OLP em sua designação

<sup>49</sup> <http://mondediplo.com/focus/mideast/a2287>, grifo nosso.

<sup>50</sup> A Resolução 344 do CSNU, aprovada em dezembro de 1973, oficializava a relação entre a Conferência de Paz de Genebra e a Resolução 338 daquele Conselho.

<sup>51</sup> Para mais detalhes, [http://www.palestinefacts.org/pf\\_1967to1991\\_rabat\\_1974.php](http://www.palestinefacts.org/pf_1967to1991_rabat_1974.php)

dentro do sistema das Nações Unidas, sem contudo alterar suas funções de observador.<sup>52</sup> Se a série de concessões por parte das Nações Unidas é o lado mais visível da vitória de Yasser Arafat e da Organização para a Libertação da Palestina sobre seus opositores na questão palestina, a Cúpula de Rabat também deu sinais claros de autonomia daquela organização dentro do Oriente Médio, sendo estes tão importantes quanto o reconhecimento por parte da ONU. A partir de 1974, passou-se a entender que os "territórios ocupados" por Israel, em 1967, seriam de direito único e exclusivo dos palestinos, e não mais daqueles que o controlavam no momento da ocupação – no caso, o Egito sobre Gaza e a Jordânia sobre a Cisjordânia. Ou seja, Arafat e a OLP passaram a ter resoluções-chave do Conselho de Segurança sobre a questão palestina, como a 242 e a 338, como armas para a conquista daqueles territórios.

Ainda que o conflito árabe-israelense esteja longe de chegar ao fim, a Cúpula de Rabat representou o início da autonomia e do fortalecimento de Yasser Arafat e de sua organização, que foram angariando, a partir dali, mais e mais respaldo na ainda desproporcional luta contra Israel.

---

<sup>52</sup> A/RES/43/177, de 15 de dezembro de 1988.